

Por maus caminhos

A decisão de aumentar a taxa máxima do IVA não será facilmente interpretada pelos agentes económicos como um simples adiamento do choque fiscal. Ao enveredar pelo aumento das receitas, o Governo optou por validar o nível de despesas anterior, sinalizando uma postura de 'mais Estado', que é contrária ao modelo implícito no discurso inicial.

Embora pouco credível, a colagem ao modelo irlandês, ratificada em cartazes de propaganda eleitoral, não deixava de ser pertinente. À semelhança do que se passa hoje em Portugal, em meados dos anos 80 a economia irlandesa enfrentava um grave desequilíbrio orçamental. A dívida pública não parava de subir e a tentativa de resolver o problema através de aumentos sucessivos da carga fiscal havia conduzido a economia a uma profunda recessão. A situação alterou-se quando o Governo decidiu atacar o déficite pela via da contenção de gastos. A queda das despesas correntes foi de tal ordem (17% entre 1987 e 1990!) que não só permitiu eliminar o desequilíbrio orçamental como abriu caminho para a subsequente redução de impostos. Em resultado, a economia tornou-se mais eficiente e passou a atrair investimento estrangeiro.

Como já aqui defendi, a actual situação das finanças públicas em Portugal dificilmente seria conciliável com uma redução imediata dos impostos. Tal como na Irlanda, antes de baixar os impostos, há primeiro que reduzir a despesa. Por isso, o adiamento do choque fiscal era inevitável. Mas isso não significa que o modelo deva ser abandonado. O que provavelmente os agentes económicos esperariam do novo executivo era um forte ataque às despesas públicas, por forma a preparar a descida dos impostos no futuro. Esse ataque não poderia resultar de uma mera contenção salarial, mas sim de um esforço efectivo no sentido de reduzir o peso do Estado na economia. Para isso, seria importante aproveitar o momento político inicial. Fazendo uso do habitual 'estado de graça' e invocando a pesada herança cor-de-rosa, o executivo teria à partida margem de manobra política para fazer passar na Assembleia da República um conjunto de propostas (muitas das quais previstas no programa do Governo), que noutras circunstâncias serão bem mais difíceis de aprovar. Actuando com rapidez, a nova maioria romperia com a postura de inércia que caracterizou a governação anterior, transmitindo confiança aos agentes económicos. Mais tarde, à medida que a recuperação

económica proporcionasse o aumento das receitas, poderiam ser equacionadas reduções nas taxas de tributação. Lá para 2004, o Governo baixaria alguns impostos, validando finalmente o modelo anunciado.

Ao optar pelo aumento da taxa máxima do IVA, o Governo aposta numa correcção mais rápida do déficite do que aquela que obteria se apenas contasse com a redução da despesa. Mas esbanja o seu capital político disparando na direcção errada. Por um lado, afunda-se em contradições, levando os agentes económicos a questionar se alguma vez este governo terá um ' estado de graça' (até agora o que viram foi um ' Estado a pagantes' !...). Por outro lado, retira urgência a reformas cruciais, perdendo margem de manobra política para as implementar. Finalmente, ao recusar a disciplina proporcionada pelas taxas de tributação anteriores, o Governo afasta-se do modelo irlandês, alimentando dúvidas quanto ao seu empenho na redução da despesa pública.

As taxas de imposto definem patamares para o peso do Estado na economia, como os degraus de uma escada. Enquanto o Estado se mantiver num determinado degrau, pode aumentar as despesas num ano, mas no outro ano terá forçosamente de as baixar. Mas se por algum motivo tiver oportunidade de subir um degrau, não é nada óbvio que mais tarde queira voltar ao patamar anterior. Existem incentivos para fazer brilhantes do lado das despesas que normalmente são mais fortes do que meras promessas de redução de impostos.

Ao aumentar a taxa máxima do IVA na fase baixa do ciclo, o Governo está inequivocamente a adquirir margem de manobra para aumentar as despesas quando a economia entrar em velocidade cruzeiro. E mesmo que lá para 2004 a tributação directa venham a diminuir, não é de crer que no final o balanço se venha a revelar favorável ao sector privado. Por este andar, o mais natural é que venhamos a ter de novo ' mais estado' e não ' menos estado' .

Miguel Lebre de Freitas

Universidade de Aveiro, 23/4/02